



GT 002. A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF) - Coordenador/a, Beatriz Caiuby Labate (California Institute of Integral Studies in EUA - Programa de Psicologia Leste-Oeste do CIIS) - Coordenador/a, Andres Leonardo Gongora Sierra (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA) - Debatedor/a, Camila de Pieri Benedito (Doutoranda) - Debatedor/a, Rogerio Lopes Azize (UERJ) - Debatedor

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca do uso de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os formas de consumo, seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como "drogas". Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nesse sentido, o ponto de partida é problematizar o paradigma médico-legal em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia "efeitos farmacológicos" versus "aspectos culturais", promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de "droga", "plantas" e "remédios"; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde e comunidades terapêuticas. 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

Redução de danos, disputas jurisdicionais e governança de usuários de drogas: Notas sobre a crise dos opioides e a legalização da maconha no Canadá

Autoria: Joao Gustavo Vieira Velloso

Esta comunicação visa discutir algumas iniciativas recentes na governança de usuários de drogas no Canadá e como elas se articulam ou não com a ideia de "redução de danos" e com éticas de intervenção mais associadas à saúde pública. Mais particularmente, eu abordarei duas questões-chave presentes no debate atual em torno das drogas no Canadá: 1) a utilização de "locais de consumo supervisionado de drogas" ou de "locais de prevenção de overdose" no contexto da crise dos opioides sintéticos (fentanil); e 2) a descriminalização e a legalização da maconha. Ambas situações sugerem uma alteração das lógicas presentes nos regimes de controle de usuários, saindo de uma quase-exclusividade da criminalização dos usuários ao uso de formas mais inclusivas de intervenção, tais como programas de redução de danos isentos de qualquer tipo de contrapartida em termos de tratamento por parte do usuário. No entanto, tais inovações não ocorrem de uma maneira simples, homogênea e coerente, até mesmo porque existem diferentes jurisdições em jogo e operando em diferentes escalas de regulamentação jurídica estatal (Federal, Provincial e Municipal) e de regulamentação normativa. Neste sentido, explorarei brevemente os quebra-cabeças jurídicos presentes nestas duas situações e como eles nos auxiliam igualmente a refletir de uma maneira mais geral sobre os movimentos de reforma de direito, seja ele no âmbito legislativo ou jurisprudencial, e as possibilidades concretas de mudança social (Falk Moore, 1973).



Realização:



Apoio:



Organização:

